

23/08/2019

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 514 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S)	: FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL
ADV.(A/S)	: RICARDO DE LIMA CATTANI
EMBDO.(A/S)	: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL
ADV.(A/S)	: RUDY MAIA FERRAZ
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS
INTDO.(A/S)	: CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR AMICUS CURIAE. ILEGITIMIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS.

1. É pacífica a jurisprudência da Corte de que é incabível a interposição de recursos por *amicus curiae* nos processos objetivos de controle de constitucionalidade. Precedentes.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em sessão plenária virtual de 16 a 22 de agosto de 2019**, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.

ADPF 514 ED / SP

Brasília, 23 de agosto de 2019.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

23/08/2019

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 514 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S)	:FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL
ADV.(A/S)	:RICARDO DE LIMA CATTANI
EMBDO.(A/S)	:CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL
ADV.(A/S)	:RUDY MAIA FERRAZ
INTDO.(A/S)	:PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS
INTDO.(A/S)	:CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RELATÓRIO

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator): Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, admitido no feito na qualidade de *amicus curiae*, em face de decisão que julgou procedente a arguição para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º, da Lei Complementar nº 996/2018, do Município de Santos, bem como trecho do art. 3º da mesma lei.

A embargante sustenta que o despacho que admitiu seu ingresso, nos termos do art. 138, *caput*, do CPC, foi disponibilizado no Diário Oficial na mesma data em que seu deu o julgamento do feito perante o Plenário desta Suprema Corte, sem que tenha sido regularmente intimada daquele, o que inviabilizou sua participação efetiva.

Requer o recebimento e provimento destes embargos para que se anule o julgamento da causa garantindo-lhe a faculdade de participar do feito.

Por fim, alega que “*foram trazidas aos autos questões relevantes de ordem pública que deveriam ter sido abordadas no julgamento, mas não foram, como a incompetência absoluta do STF para julgar este processo*”.

ADPF 514 ED / SP

É o relatório.

23/08/2019

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 514 SÃO PAULO**

VOTO

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator): Os presentes embargos de declaração não podem ser conhecidos, pois não é cabível a interposição de recursos por *amicus curiae* nos processos objetivos de controle de constitucionalidade, conforme orientação firmada nesta Corte:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR AMICUS CURIAE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. INTERPRETAÇÃO DO § 2º DA LEI N. 9.868/99. 1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é assente quanto ao não-cabimento de recursos interpostos por terceiros estranhos à relação processual nos processos objetivos de controle de constitucionalidade. 2. Exceção apenas para impugnar decisão de não-admissibilidade de sua intervenção nos autos. 3. Precedentes. 4. Embargos de declaração não conhecidos. (ADI-ED nº 3.615, relatora a ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 25.4.2008)

*Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE DECISÃO CAUTELAR DEFERIDA EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). OPOSIÇÃO POR AMICUS CURIAE. AUSÊNCIA DE LEGITIMAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. 1. Segundo jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, colaboradores admitidos em processos objetivos e causas com repercussão geral na condição de *amicus curiae* não detem legitimidade para recorrer de decisões de mérito, ainda que tenham participado do julgamento mediante a oferta de elementos de informação. 2. Embargos de declaração não conhecidos.*

ADPF 514 ED / SP

(ADPF 77 MC-ED-segundos, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 16/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-085 DIVULG 07-05-2015 PUBLIC 08-05-2015)

Antes o exposto, não conheço dos presentes embargos.

É como voto.

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 514 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S)	:FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL
ADV.(A/S)	:RICARDO DE LIMA CATTANI
EMBD.O.(A/S)	:CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL
ADV.(A/S)	:RUDY MAIA FERRAZ
INTDO.(A/S)	:PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS
INTDO.(A/S)	:CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Conheço do recurso. Conforme fiz vez quando do julgamento, no verdadeiro Plenário, dos segundos embargos de declaração no recurso extraordinário nº 635.688, relator o ministro Gilmar Mendes, o artigo 138 do Código de Processo Civil abre oportunidade à formalização de declaratórios ao terceiro admitido no processo.

Divirjo do Relator para que os embargos sejam apreciados, afastado o óbice apontado.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
514**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

EMBTE.(S) : FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL

ADV.(A/S) : RICARDO DE LIMA CATTANI (82279/SP)

EMBDO.(A/S) : CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL

ADV.(A/S) : RUDY MAIA FERRAZ (22940/DF)

INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS

INTDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 16.8.2019 a 22.8.2019.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário